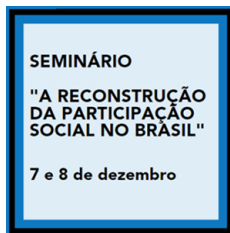


SEMINÁRIO

**"A RECONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL"**

7 e 8 de dezembro

RELATÓRIO SINTÉTICO



Realização:



Apoio:



Coordenação de Relatoria e Sistematização

Lizandra Serafim

Monika Dowbor

Secretaria Executiva de Relatoria

Tatiana Whately de Moura

Equipe de Relatoria

Ana Vaz

Beatriz Sanchez

Gabriel Elias

Helena Dolabela Pereira

Larissa Zanotti

Mariana Fonseca

Priscila Delgado de Carvalho

Priscila Zanandrés



Realização:



Apoio:



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



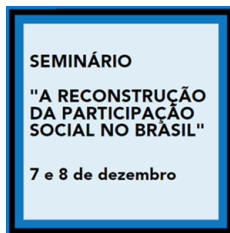
Sérgio Feitosa
Tatiana Whately de Moura
Tatiana Oliveira
Victoria Lustosa Braga

Equipe de sistematização

Euzeneia Carlos
Debora Rezende de Almeida
Lizandra Serafim
Marisa Von Bulow
Monika Dowbor
Priscila Delgado de Carvalho

Sistematização e síntese final

Adrian Gurza Lavalle



Realização:



Apoio:



Seminário “A reconstrução da participação social no Brasil”

Dia 07/12/2022

Mesa de abertura

Expositores:

Renato Simões (PT), representando Gleisi Hoffmann - Coordenadora de Articulação Política do Gabinete de Transição Governamental

Gilberto Carvalho - Ex-ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República

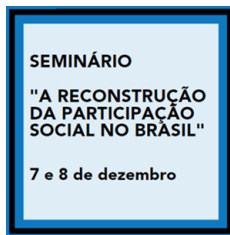
Wagner Romão - Rede Democracia e Participação (RDP)

Leonardo Avritzer - INCT Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (IDDC)

Kátia Lima - Rede Brasileira do Orçamento Participativo (RBOP)

Prognóstico e propostas

- Se o arcabouço institucional da participação foi insuficiente, a agenda de reconstrução da participação social no Brasil não pode apenas reconstruir o que foi desmontado. É preciso “reconstruir e transformar”.
- É preciso exercer a criatividade e ousadia para produzir um novo grau de porosidade do governo.



Realização:



Apoio:



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES



- É necessário ir além do institucional. O governo tem que fazer educação popular, estimular processos de conscientização cidadã, informar, comunicar, romper o isolamento da esquerda em relação “à grande massa”. É preciso construir um “governo pedagogo”.
- Usar o orçamento participativo como mecanismo de inserção da participação em todas as áreas. Deve-se colocar a participação popular no centro do planejamento orçamentário.
- Por um orçamento participativo simples e objetivo e iniciado nos primeiros dias do governo.
- Inserir mecanismos participativos em todos os programas fundamentais do governo, como Bolsa Família.
- Promover um mutirão nacional para incluir os jovens, que foram tão importantes na campanha presidencial.
- Retomar os avanços interrompidos de aumento de participação de massa por meio das plataformas digitais.



Realização:



Apoio:



Mesa 1 – Movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas

Coordenação: Wagner Romão (Nepac/ Unicamp – RDP)

Expositores:

Fernanda Cruz (Articulação do Semi-Árido Brasileiro) - Programa Um Milhão de Cisternas

Antonia Ivoneide "Nenê" (MST) - Programa de Aquisição de Alimentos

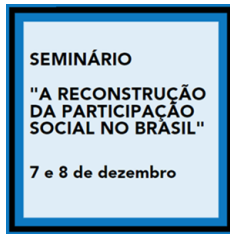
Josué Rocha (MTST) - Minha Casa Minha Vida Entidades

Pedro Vasconcelos - Programa Cultura Viva

Luciana Tatagiba (Nepac/Unicamp)

Prognóstico e propostas

- Promover a federalização e territorialização da participação, elevando a consciência social de participação política e cidadania na sociedade, mediante novos mecanismos de participação que articule as massas.
- Ir além da reestruturação do sistema de participação antes existente, e operar no campo da comunicação com a sociedade e na formação política e educação popular são proposições apontadas.



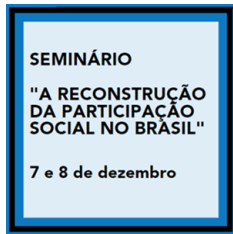
Realização:



Apoio:



- É preciso reconstruir a participação, buscando a participação popular, uma participação representativa, mas também massiva. Não se deve dar o mesmo peso – oportunidades de voto, de fala – para quem representa “a si mesmo” e quem representa grupos e movimentos.
- Promover o protagonismo das mulheres nos conselhos e na implementação dos programas, junto com acesso amplo aos recursos de programas (como linhas específicas de crédito, financiamento e comercialização) para garantir a visibilidade do trabalho das mulheres e o controle sobre o que produzem.
- Promover campanhas de mobilização e organização popular dos jovens, colocando os jovens como protagonistas deste processo de mudança com vistas à reconstrução da participação e da relação Estado-sociedade civil.
- Considerar como políticas públicas e formas de participação o envolvimento das comunidades em atividades como cozinhas comunitárias, hortas urbanas, cursinhos pré-vestibular existentes nas periferias urbanas etc.. Governo deve apoiar essas iniciativas para multiplicá-las.
- Incluir participação como elemento estruturante dos programas de políticas públicas: desde a formulação até a implementação e monitoramento e fiscalização. Ampliar programas associativos para outras áreas de políticas públicas.



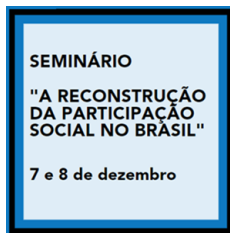
Realização:



Apoio:



- Programas participativos/associativos precisam ter uma fatia maior do orçamento, como no caso do Minha Casa Minha Vida - Entidades.
- Para garantir a participação efetiva dos movimentos nos programas de políticas públicas, é preciso rever excessivas exigências burocráticas dos programas; promover jornadas de capacitação dos técnicos estatais com participação dos movimentos sociais e promover oficinas de capacitação das organizações populares, mobilizando lideranças com experiência na implementação das políticas.
- É preciso discutir marcos jurídicos de colaboração entre Estado e sociedade civil.
- Estruturar no centro de governo federal um espaço de monitoramento das políticas públicas que contam com participação social.
- Criar Comitês de Práticas Culturais com maior protagonismo, que estabeleçam as diretrizes, articulem as campanhas e promovam debates e parcerias.



Realização:



Apoio:



Mesa 2 – O desafio do Orçamento Participativo nacional

Coordenação: Kátia Lima e Eduardo Marques (RBOP)

Oficina de discussão sobre o OP nacional, elaborada a partir de proposta da Rede Brasileira de Orçamento Participativo

Prognóstico e propostas

- Os instrumentos de planejamento de políticas públicas precisam estar alinhados com o processo de participação no orçamento federal. É fundamental a articulação do processo do OP com outros instrumentos participativos como conferências de políticas públicas em um sistema de participação, em processos articulados com o calendário do ciclo do planejamento orçamentário para que se possa garantir a previsão orçamentária e efetiva execução das decisões tomadas nas instâncias participativas.
- O OP federal deve definir os investimentos federais (obras e políticas públicas) realizados nos Estados e Municípios e fomentar a participação da sociedade na definição dos Orçamentos Estaduais e Municipais destinados aos investimentos.

SEMINÁRIO
"A RECONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL"
7 e 8 de dezembro

Realização:



Apoio:



- O OP federal deve incidir prioritariamente sobre o PPA e as LOAs. É urgente que o processo de planejamento orçamentário seja aprimorado em nível federal, para que não haja uma desassociação entre PPA e LOA. A articulação institucional entre os órgãos responsáveis pelos processos participativos no orçamento e pela gestão orçamentária é fundamental.
- O OP federal precisa ter centralidade política no governo. Tal centralidade deve se traduzir em proximidade institucional ao centro estratégico e decisório do governo, além da garantia do caráter deliberativo do OP.
- O governo federal deve se valer de seu poder de indução em relação aos níveis subnacionais para fomentar a construção de um OP nacional articulado com a arquitetura da participação já existente. Trata-se de uma oportunidade política ímpar, de transformar a agenda política no País.
- Possibilidade de introduzir a articulação em níveis, por exemplo com prefeituras ou determinadas regiões que estariam dispostas a se articular com OP federal, com condicionantes de processo participativo para recursos repassados a essas localidades e com condicionantes de controle e fiscalização desses recursos. Seria necessário desenvolver uma metodologia uniforme para incentivo a estados e municípios.

SEMINÁRIO

"A RECONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL"

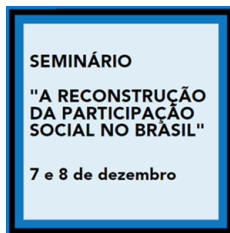
7 e 8 de dezembro

Realização:



Apoio:

- Trabalhar estratégias de comunicação massiva através da EBC e da grande mídia, e com movimentos sociais e organizações comunitárias atuantes no território, para que a informação sobre os processos participativos e sobre o funcionamento do orçamento e das políticas públicas cheguem à população de forma objetiva, e que se possa construir processos formativos permanentes. Vale destacar que existe disputa nos espaços de participação, e que no contexto atual a disputa acirrada entre diferentes projetos de sociedade está presente no âmbito das instituições participativas.
- Apesar do caráter eminentemente pedagógico da participação, é preciso investir em processos explicitamente formativos, tanto da sociedade civil quanto do poder público, garantindo a participação efetiva dos mais vulneráveis e equidade no processo participativo. É preciso, ainda, formação técnica para executar o processo participativo.
- As diferentes linguagens e ferramentas comunicacionais serão importantes para aprimorar a participação e envolver públicos de forma ampla: meios digitais, jogos, teatro do oprimido, etc.



Realização:



Apoio:



Dia 08/12/2022

Mesa 3 – Conselhos e conferências nacionais: avaliação do desmonte e perspectivas da retomada

Coordenação: Lindijane Almeida (UFRN/RDP) e Lizandra Serafim (UFPB/RDP)

Expositores:

Carla Bezerra - NDAC/Cebrap - Conselho de Participação Social

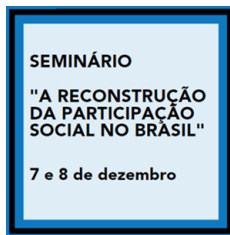
Daniel Avelino - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Ana Paula Souza - Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

Carmen Silva - Articulação de Mulheres Brasileiras / Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

Prognóstico e propostas

- Revogar decreto 9759.
- Constituir um sistema nacional de participação popular integrado, articulado, deliberativo, fiscalizador e com instâncias paritárias de gênero e raça. Não necessariamente a proposta é retornar a como os Conselhos funcionavam antes do Governo Bolsonaro.



Realização:



Apoio:



- Vincular as Conferências à elaboração do Plano Plurianual e dos orçamentos anuais, para que as resoluções das conferências tenham impactos no orçamento público.
- Integrar bases de dados (ouvidorias, audiências, consultas) às experiências de participação.
- Ampliar participação via mecanismos de democracia direta, articulados com as instituições participativas.
- Buscar ativamente grupos excluídos, com o desenvolvimento de estratégias específicas para que esses grupos possam participar.
- Pensar metodologias de participação nos conselhos e nas conferências, considerando a disputa entre movimentos progressistas e conservadores.
- Elaboração de uma política de comunicação e educação popular, com um caráter dialógico, construído através da articulação entre sociedade civil e governo.
- Inserir os jovens nos espaços participativos, por exemplo a partir de experiências como o OP jovem.
- Atuar para criação de conselhos em nível municipal, com participação de atores que estão nos territórios. Oferecer formação cidadã a esses atores.

SEMINÁRIO

"A RECONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL"

7 e 8 de dezembro

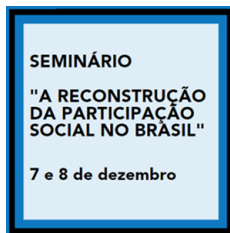
Realização:



Apoio:



- Criar instância federal responsável pelo combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional, com capacidade técnica e política para provocação, articulação e coordenação interministerial envolvendo os órgãos que atuam nas diversas etapas dos sistemas alimentares, numa pactuação federativa associada à participação social.
- Reinstalar o CONSEA e convocar a Sexta Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 2023.
- Elaborar protocolos para garantir a segurança dos participantes das iniciativas, tanto presenciais como virtuais.



Realização:



Apoio:



Mesa 4 – Participação, educação popular e transformação social

Coordenação: Rosangela Paz (NEMOS PUC-SP / RDP)

Expositores:

Pedro Pontual - Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe - CEAAL

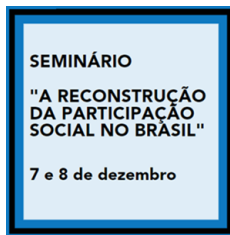
Raimunda de Oliveira - coordenadora pedagógica da Escola Nacional de Formação da Contag - ENFOC

Patrícia Mourão - ex-gestora da Secretaria de Desenvolvimento Territorial / MDA

Célio Turino - ex-secretário de Cidadania Cultural / MinC

Prognóstico e propostas

- Revisitar os marcos existentes e interrompidos, PNPS e SNPS, e Marco da Educação Popular para políticas públicas.
- Incluir na Política Nacional de Participação Social um Programa de Formação Nacional de Educação Popular continuada e recursos.



Realização:



Apoio:



Desenho da política nos órgãos e ações de governo:

- Educação Popular e participação devem estar no mesmo centro articulador do governo, por exemplo, Secretaria Geral, e ao mesmo tempo localizada institucionalmente em cada ministério de maneira a pensar ações de participação e formativos de educação em programas, projetos e implementação das políticas.
- Pensar processos de formação para a burocracia estatal, gestores e corpo técnico, articulando com ENAP e outras instâncias de formação de servidores.
- Garantir recursos e financiamento para as ações

Desenho da política e alcance do público. Alcançar povo não organizado, para isso é possível:

- Articular Educação, comunicação, mobilização e cultura, incorporando diferentes linguagens, inclusive artísticas, para atrair outros segmentos. Exemplo Pontos de Cultura
- Combinar formação, organização e ação nos territórios. Criar ações de capacitação com vistas a fortalecer a organização do povo e ações de formação para gestão, implementação e monitoramento de políticas. Experiências que podem ser pontos de partida: Pontos de Cultura e Territórios da Cidadania.
- Ampliar modelos ampliados de formação e participação como Mutirões para Educação de Jovens e Adultos com educadores populares, Mutirões para formação popular e também diálogo com territórios, e que envolva públicos diversos

SEMINÁRIO

"A RECONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL"

7 e 8 de dezembro

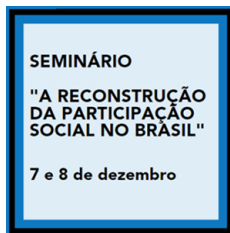
Realização:



Apoio:



- Comunicar e articular com redes existentes (exemplos: Rede de Educação Cidadã, Comitês populares já existentes no território e no nível micro de maneira a articular com o projeto nacional).
- Articular as ações no território com processos de gestão e implementação no nível federal, integrando os programas e os referenciando no PPA



Realização:



Apoio:



Mesa 5 – Novos formatos participativos para o governo federal

Coordenação: Leonardo Avritzer (IDDC - UFMG)

Expositores:

Giovanni Allegretti - CES - Universidade de Coimbra - Portugal

Ernesto Ganuza - IESA / Córdoba - Espanha

Ricardo Poppi - Instituto Cidade Democrática / Felicilab

Silvia Cervellini - Delibera BR

Vanessa Meneguetti - Instituto de Governo Aberto

João Paulo Santos - Advocacia Geral da União (AGU)

Prognóstico e propostas

- O Estado precisa assumir postura ativa, buscando ativamente as pessoas para informar e para participar do desenho e implementar políticas públicas. Exemplo: SMS.
- Estado aberto: para pessoas compreenderem estruturas e poderem pautá-las. Integração e transversalidade entre os poderes, pensar participação no Executivo, Legislativo e Judiciário.

SEMINÁRIO

"A RECONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL"

7 e 8 de dezembro

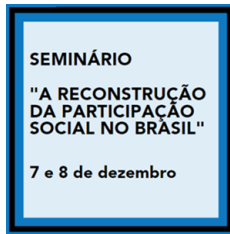
Realização:



Apoio:



- Controle social pós participação. Importante cidadãos saberem o que gerou, para onde foi, poder realizar o controle social.
- Reconhecer a importância da juventude, distância da institucionalidade. Oferecer programas de formação de lideranças e de jovens, qualificação. Programa Agentes do Governo Aberto, Agentes da Cidadania. lideranças jovens promovem iniciativas de participação comunitária.
- Sobre estrutura de participação: garantir pontos focais de participação nos ministérios, integração entre setores responsáveis pela participação e transparência.
- Há espaços do Estado que foram refratários à participação e não podem ser deixados de lado. É preciso inserir esses espaços de participação em todos os setores do governo. Espaços resistentes à participação podem ser nichos de autoritarismo, burocratismo, golpismo. Ex: AGU e Câmara de Conciliação e Arbitragem. Ganho duplo, em mérito e também de criar formação de burocracia estatal acostumada à participação e não só acostumada a si mesma.
- Deliberação cidadã pode compor sistema de participação e deliberação, reforçando outros modos de participação já existentes como conselhos e conferências e potencializando-os. Conselhos e conferências podem convocar assembleias cidadãs. É importante trabalhar com desenhos que integrem diversas metodologias e tenham múltiplos estágios de tecnologias. Avançar no sentido de sistemas participativos.



Realização:



Apoio:



- Mapear oportunidades para encaixe de assembleias cidadãs em processos de decisão de alguns conselhos ou conferências.
- Digital foi incorporado em diversas áreas da gestão, de forma fragmentada. Precisa de outro lugar na participação: não é um mecanismo, é uma dimensão da vida humana como outras, é transversal aos mecanismos de participação. Está na interseção entre gestão, participação e comunicação. Cidadão não acessa governo de forma fragmentada, por isso as esferas precisam estar integradas para experiência única.
- Mecanismos de participação tem que parar de pensar o digital como um canal. Criar competência para analisar dados das interações dos cidadãos com o governo, interpretar dados e propostas. Aproveitar infraestruturas existentes para isso, como o portal de serviços do Governo Federal, com 140 milhões de brasileiros cadastrados, que interagem com mais de 2 mil serviços do governo federal. Colocar camadas de participação para além das que existem hoje, também tocar processos mais inclusivos de participação, envolver usuários na governança das políticas. "Participa pix", com cash back. Tecnologias como o Pix podem ser usadas. Opções para sair da bolha, capilarizar.
- Diversas tipologias de processos participativos sendo experimentadas na Europa e aprendizados a ser considerados. Pensar como ligá-las aos resultados políticos e impactos esperados. Entre eles: Minipúblicos: eficazes para quem participou, mas de difícil difusão, e podem deixar de fora sociedade

SEMINÁRIO
"A RECONSTRUÇÃO
DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO BRASIL"
7 e 8 de dezembro

Realização:



Apoio:



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



organizada. OP nacional. Em Portugal e na Coreia. OP da administração pública. OP nas escolas. OP Jovem.